

Título	Um plano arriscado
Veículo	O Globo
Data	24 Jun 2006
Autor	Claudio J. D. Sales

Um plano arriscado

O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica é um documento encomendado pelo Ministério de Minas e Energia que custou R\$1,189 milhão e foi preparado pela Empresa de Pesquisa Energética, instituição recém-criada, mantida com recursos da tarifa de eletricidade paga pelos consumidores brasileiros, e que já emprega quase 200 pessoas. O objetivo do plano é estudar cenários e definir a lista de projetos candidatos ao atendimento do crescimento da demanda por energia.

O governo, no documento, explicita suas pesadas apostas em grandes obras "estruturantes": Rio Madeira, Belo Monte e Angra III. Os três complexos respondem por um terço da capacidade adicional planejada até 2015. As usinas do Rio Madeira, sozinhas, perfazem 19% de todos os investimentos previstos.

Um planejador prudente não alocaria tantos riscos em tão poucos empreendimentos, em especial se considerarmos o histórico de atrasos e estouro de orçamentos nos projetos estatais do setor elétrico.

A Eletrobras - controladora das estatais Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletronuclear - vem assumindo compromissos que estressam sua capacidade financeira: além da assunção da construção de novas usinas, tem adquirido participação acionária em usinas já construídas.

O Plano Decenal assume, por exemplo, que as duas usinas do Rio Madeira (Jirau, com 3.330 MW, e Santo Antonio, com 3.100 MW de potência instalada) iniciam suas operações até 2012. Analistas questionam este prazo, tendo em vista o porte das usinas, sua localização e a distância em relação aos centros de consumo.

Belo Monte, com 5.500 MW, e sérias pendências ambientais, levaria pelo menos sete anos para ser construída, mas sua entrada em operação está prevista para 2014. Deveria ser leiloadada, portanto, no ano que vem, o que é improvável, já que somente a operação de financiamento de um projeto dessa magnitude envolve anos e requer um consórcio com vários bancos.

Angra III, com 1.309 MW, operaria a partir de 2012. Como a obra levará pelo menos seis anos, de acordo com a própria Eletronuclear (estatal que toca o projeto), a obra deve ser iniciada no início de 2007.

O Plano Decenal precisa expandir seus horizontes com a oferta de cenários alternativos que não coloquem a sociedade como refém destas grandes obras. Projetos menores embutem menor risco, oferecem mais previsibilidade econômica, são mais bem acolhidos pelos financiadores e têm mais chances de sucesso.

As limitações ambientais, operacionais e financeiras precisam ser consideradas e as datas para entrada em operação dos megaprojetos devem ser revistas.

Se essa correção de rumo não for feita no Plano Decenal, estaremos adotando uma "Estratégia Bala de Prata" para o setor elétrico brasileiro: se qualquer um dos três grandes complexos (todos com forte participação estatal) não se viabilizar ou sofrer atrasos, a sociedade ficará sem energia.

Há uma lista de 23 projetos de menor porte (variam de 33 a 1.087 MW instalados de potência) que somam 5.300 MW e não evoluem por problemas ambientais e regulatórios. Dependem de vontade política.

Se uma parcela do enorme esforço político, hoje concentrado na antecipação dos grandes projetos, fosse dedicada à remoção dos obstáculos dos 23 projetos menores, todos ganhariam: governo, iniciativa privada e consumidores.

Todas essas preocupações e recomendações foram encaminhadas formalmente ao Ministério de Minas e Energia, que submeteu o Plano Decenal a uma consulta pública entre os dias 17 de março e 28 de abril.

Para nossa surpresa, no dia 31 de maio o Ministério de Minas e Energia publicou uma portaria "aprovando" o referido plano exatamente como foi apresentado antes da consulta pública.

Não se sabe quem contribuiu, quantas contribuições foram recebidas e, principalmente, o que foi feito com elas. Tudo indica que nada.

Fica a pergunta: se nada foi modificado e se as contribuições enviadas não foram transparentemente comunicadas, a consulta pública serviu a qual propósito?

Os especialistas que se dedicaram à elaboração e ao envio das contribuições se sentem desrespeitados. O governo federal acaba de perder uma chance. Porque não há democracia sem transparência.

CLAUDIO J. D. SALES é presidente do Instituto Acende Brasil. E-mail:
claudio.sales@acendebrasil.com.br